

EDITORIAL

Pouca terra

“Assumindo que o comboio terá que ser o futuro, o que têm a dizer sobre o desenvolvimento deste no Sul do País? Nada ou pouco mais que nada”.

Pode bem ter passado despercebido à maioria das pessoas, até porque, atualmente, há muito mais coisas que afetam e preocupam o comum dos portugueses, mas, terminou na passada terça-feira, no último dia do mês, a consulta pública do Plano Ferroviário Nacional (PFN), em que cidadãos e instituições puderam apresentar os seus contributos para o mesmo. Pois bem, a consulta pública terminou e, dos vários quadrantes da sociedade, foram sendo tornadas públicas algumas tomadas de posição em relação ao mesmo, por todo o País, de associações ambientalistas a municípios, passando por partidos políticos.

No que diz respeito ao Baixo Alentejo, o que nos interessa esta consulta pública? Bem, logo à cabeça para perceber até onde vai o alcance do que vamos reivindicando por cá: se a necessidade da eletrificação Beja-Casa Branca é algo que é percebido no País; depois, novamente a necessidade de reativar a linha que liga Beja à Funcheira, melhorando-a, eletrificando-a, para viabilizar a ligação à linha do Algarve, como aconteceu até há uns anos, e terminando com a verdadeira aberração que é, nos dias de hoje, demorar, no mínimo, três e horas e meia de comboio para chegar do primeiro ponto ao segundo; e, por fim, ponderar e aspirar à possível ligação de Lisboa a Beja e a Espanha, rasgando o coração do Baixo Alentejo, por Castro Verde e Almodôvar, entrando no Algarve e, daí, seguir para o país vizinho, podendo fazer de Beja uma plataforma interessante e estratégica, tanto com o aeroporto (com a ligação de um ramal entre Casa Branca e esta infraestrutura), como com o porto de Sines, ligando a capital distrital, por terra e por ar, a outras paragens, inclusivamente internacionais. Para mercadorias e passagei-

ros, não forçosamente por esta ordem de importância. Se bem que, por questões ambientais, orográficas e burocráticas, não se afigure fácil ou célere este último cenário.

Uma das primeiras tomadas de posição pública foi da Câmara Municipal de Beja. O seu presidente, Paulo Arsénio, elencou, de grosso modo, as razões aqui apresentadas como sendo “necessidades fundamentais”, que fariam “sentido” e seriam “muito importantes”.

Por outro lado, a Direção Regional do Alentejo do PCP assumiu que o PFN “não se pode considerar uma proposta séria e fundamentada”, por faltar articulação entre este e o aeroporto de Beja. Entre muitas outras, quais as propostas? Eletrificação Casa Branca-Beja-Funcheira, construção de “uma variante ao aeroporto de Beja, e alta velocidade de Évora a Faro, com Beja pelo meio. Se as questões de pormenor poderão diferir, no essencial as duas propostas estão de acordo. A questão é que, mesmo com o porto de Sines ou o aeroporto de Beja à mistura e como elementos, supostamente, de peso no processo, o impacto das reivindicações, das necessidades e, até, das possibilidades que se poderiam abrir no futuro, esbarra na indiferença, desconhecimento ou desinteresse do País em relação à importância para a região do Baixo Alentejo e para o seu desenvolvimento. Pelo menos, publicamente. Veja-se, por exemplo, as considerações das associações ambientais ZERO e Geota. Assumindo que o comboio terá que ser o futuro, o que têm a dizer sobre o desenvolvimento deste no Sul do País? Nada ou pouco mais que nada. Podendo cometer alguma injustiça, no momento em que estas palavras são escritas, não são conhecidos muitos mais contributos públicos, pelo menos que nos digam respeito. Se assim for, é pena, sob o risco de, com tanta terra, permanecermos com a síndrome da onomatopeia do som do comboio: pouca terra, pouca terra! **MARCO MONTEIRO CÂNDIDO**